

Qte	Deputados	Sigla	UF	Total de ocorrências	Resumo da ocorrência	Data atualização
1	Adelson Barreto (PR-SE)	PR	SE	3	Teve as contas da campanha no pleito de 2014 julgadas irregulares. O parlamentar recorreu, mas a decisão foi mantida. É alvo de representação movida pelo Ministério Público Eleitoral por conduta vedada a agente público, com pedido de aplicação de multa e de cassação de diploma. É alvo de ação civil de improbidade administrativa com dano ao erário e enriquecimento ilícito, movida pelo Ministério Público do Estado de Sergipe. Em decisão liminar, foi decretada a indisponibilidade de bens do deputado, no montante de R\$ 400 mil.	26/10/2015
1	Andre Moura (PSC-SE)	PSC	SE	14	Foi responsabilizado por fraude em licitações, fracionamento de despesas e inscrição irregular de beneficiários no programa Bolsa Família. É réu em três ações penais (969, 973 e 974) no STF que envolvem crimes conexos - apropriação, desvio ou utilização de bens públicos do Município de Pirambu (SE), em que o parlamentar é acusado de ter continuado a usufruir de bens e serviços custeados pela administração municipal, na gestão do prefeito Juarez Batista dos Santos, posterior à sua, de 2005 a 2007. É alvo de inquérito que apura crime contra a Lei de Licitações e peculato. É alvo de inquérito que apura crime eleitoral de transporte em dia de eleição. É réu em ação civil pública por improbidade administrativa (dano ao erário e violação aos princípios administrativos) movida pelo Ministério Público Estadual. O MP ajuizou a ação em face do parlamentar devido a realização de compras irregulares de mercadorias para a satisfação de interesses pessoais em detrimento do interesse público. Foi condenado em primeira e segunda instância por improbidade administrativa. O TJ-SE decidiu pela suspensão dos direitos políticos dos réus, o que o tornaria inelegível e acarretaria a não-diplomação para a legislatura de 2015-2019. O parlamentar conseguiu a suspensão dessa decisão no STJ. Teve desaprovada a prestação de contas referente às eleições de 2014. O parlamentar recorre na segunda instância.	21/07/2015
1	Fábio Mitidieri (PSD-SE)	PSD	SE	2	Teve as contas da campanha no pleito de 2014 desaprovadas. É réu, juntamente com sua irmã, em ação penal por crime contra a ordem tributária.	26/10/2015
1	Fabio Reis (PMDB-SE)	PMDB	SE	2	O parlamentar teve as contas das campanhas eleitorais de 2014 desaprovadas. Recorre da decisão. É alvo de inquérito por crime eleitoral. O parlamentar é investigado por desobedecer ordens da Justiça Eleitoral.	21/07/2015
1	João Daniel (PT-SE)	PT	SE	2	Teve as contas do pleito de 2014 rejeitadas. O parlamentar recorreu, mas a decisão pela desaprovação foi mantida. Foi julgada procedente representação movida pelo Ministério Público Eleitoral de Sergipe por conduta vedada a agente público, com pedido de aplicação de multa e cassação de diploma.	
1	Jony Marcos (PRB-SE)	PRB	SE	1	A Justiça Eleitoral desaprovou e impugnou a prestação de contas de sua campanha eleitoral de 2014. O parlamentar recorreu, mas a decisão foi mantida	
1	Laercio Oliveira (SD-SE)	SD	SE	1	O MPE entrou com impugnação de suas contas eleitorais referentes à candidatura de 2014. O TSE deu provimento à impugnação proposta e desaprovou as contas. O parlamentar recorre	22/07/2015
1	Valadares Filho (PSB-SE)	PSB	SE	2	Suas contas da campanha eleitoral de 2014 foram reprovadas. Após o TSE manter a decisão, negando provimento a seus embargos de declaração, o parlamentar entrou com Recurso especial eleitoral. A Justiça Eleitoral desaprovou as contas de 2009 do PSB quando o parlamentar era presidente regional da sigla.	21/07/2015